

ESCÂNDALO/INVESTIGAÇÕES

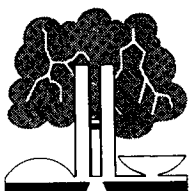
Relatório indica uso eleitoral de subvenções

Levantamento feito pelo senador Luís Alberto registra que sindicatos patronais e de trabalhadores receberam ilegalmente verbas do Orçamento e usaram os recursos nas campanhas de 1989 e 1990

GUILHERME EVELIN

BRASÍLIA — Relatório preparado pelo senador Luís Alberto (PTB-PR) levanta suspeitas de que as subvenções sociais do governo federal recebidas por sindicatos nos últimos cinco anos foram desviadas para campanhas eleitorais. O levantamento, entregue ontem ao coordenador da subcomissão de subvenções sociais da CPI do Orçamento, senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), aponta que houve maior número de liberações de verbas nos anos eleitorais de 1989 e 1990. "Isso reforça as suspeitas de que podem ter sido usadas para fins escusos", disse Alberto.

Segundo o senador, as subvenções destinadas aos sindicatos contrariaram a Lei 1.493/51, que destina este tipo de verba apenas para entidades



filantrópicas. Entre 1989 e 1992, de acordo com o levantamento de Alberto, os sindicatos receberam cerca de US\$ 1 milhão das cotas do Orçamento reservadas a cada parlamentar. Os maiores contemplados, conforme listagem do Centro de Processamento de Dados do Senado (Prodasen), foram os sindicatos de trabalhadores rurais e de arrumadores do comércio.

Na lista aparecem também entidades patronais, como o Sindicato das Indústrias Metalúrgicas de Alagoas — que recebeu Cr\$ 742,5 mil, destinados pelo deputado Olavo Calheiros (PMDB-AL). Em 1990, o Sindicato das Indústrias de Óleos Vegetais, Sabão e Velas de São Luiz recebeu Cr\$ 268,9 mil, reservados pelo ex-deputado Antônio Gaspar.

Mas as verbas das cotas dos parlamentares são limitadas se compara-

dos aos recursos da rubrica de dotações globais do Ministério do Bem-Estar Social. Apenas este ano, essa rubrica destinou US\$ 718,9 mil em subvenções sociais à Central Geral dos Trabalhadores (CGT), ligada ao MR-8, que apóia o ex-governador Orestes Quêrcia. Em 1991 e 1992, o Sindicato da Indústria da Construção Civil do Distrito Federal faturou US\$ 147,1 mil em verbas das dotações globais.

A listagem de parlamentares que destinaram a sindicatos parte de suas cotas do Orçamento é ampla. Em 1989, 138 parlamentares usaram esse expediente. Em 1990 foram 125. Em 1991 o número baixou para 58. Em 1992 caiu para 51 e em 1993 ficou em 52. A lista deste ano inclui desde o deputado Roberto Campos (PPR-RJ) até o líder do PC do B na Câmara,

deputado Aldo Rebelo (SP). Campos destinou Cr\$ 49,5 mil para o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Saquarema (RJ). Rebelo, apesar da sua base eleitoral paulista,

resolveu enviar Cr\$ 643,5 mil para o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Alimentação de Niterói (RJ).

Garibaldi Alves Filho, depois de receber o relatório, se comprometeu a procurar o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), ministro Carlos Átala, para discutir formas de tornar viável uma auditoria nos sindicatos que rece-

beram as subvenções para verificar se houve irregularidades na aplicação dos recursos. A proposta de Luís Alberto é de seja feita auditoria por amostragem em dois sindicatos de cada Estado do País — um urbano e outro rural.

**COMISSÃO
PODERÁ
SOLICITAR AO
TCU QUE FAÇA
AUDITORIA
POR
AMOSTRAGEM**